



Viseu | 13-14 Maio 2022
Pavilhão ExpoCenter

**14.º CONGRESSO NACIONAL
DOS PROFESSORES**

**A Educação não pode esperar!
Combater desigualdades.
Valorizar a profissão!**



Sustentabilidade da Segurança Social Pública

Bráulio Martins

Camaradas

Nós, o Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL, estamos a desenvolver um projeto que intitulámos “Memória Viva – Vamos Comemorar” e que se propõe assinalar mensalmente um Dia Internacional com a publicação de um texto e um cartaz que enviamos aos nossos sócios. Este mês, no passado dia 8, comemorámos o DIA MUNDIAL DA SEGURANÇA SOCIAL, que a comunicação social praticamente ignorou. Pedimos à camarada Maria do Carmo Tavares, ex-responsável pela área social da CGTP-IN, que nos escrevesse um texto sobre o tema. É este texto de alerta, que passo a ler pela sua importância.

8 de maio é o dia em que se assinala a importância da Segurança Social, que é um dos direitos mais relevantes para as pessoas. Desde o nascimento até à morte, a Segurança Social tem formas de nos proteger através dos vários regimes existentes.

A universalidade deste direito social, assim como o da saúde e o da educação, só tardiamente tiveram eco no nosso país, em comparação com outros. Foi a revolução do 25 de Abril determinante e transformadora para pôr fim ao cariz assistencialista/caritativo do modelo social preconizado pelo fascismo.

A primeira Constituição democrática de 1976 institucionalizou os direitos sociais, entre eles o de todos terem acesso à Segurança Social nas diversas eventualidades.

Este ano, esta data é assinalada quando ainda se discute o Orçamento de Estado para 2022.

Tanto a proposta do Governo como as reações dos partidos de direita não deixam de ser motivo de preocupação quanto a esta matéria.

Por exemplo, tanto o PSD como a Iniciativa Liberal reclamam a reforma da Segurança Social, e não só. Pretendem o estabelecimento da livre escolha e defendem que não deve ser o Estado sozinho a garantir os direitos sociais. Contudo não têm uma palavra para a melhoria das prestações sociais nem das pensões que ano após ano perdem poder de compra, nem para com as brutais dívidas do patronato à Segurança Social.

O objetivo destas forças é abrir as portas ao setor privado e privatizar parte das pensões através de complementos obrigatórios. Já assistimos a esta grande discussão nos finais dos anos 90, ao pretender-se tornar a Segurança Social novamente assistencialista (para os mais pobres e carenciados)! Foram derrotados! A luta foi dura e a CGTP-IN teve um papel preponderante.

Mas estas forças não dormem!

A proposta do Governo sobre esta matéria no Orçamento é estranha, dado que integra as políticas de Segurança Social no capítulo de combate à pobreza, o que indicia uma visão assistencialista.

A Segurança Social tem mecanismos e financiamento do OE para combater o flagelo da pobreza mas o sistema estrutural e fundamental é o regime previdencial contributivo por parte de todos os que trabalham. Contribuem para terem uma proteção quando têm perda de salário.

Quanto melhor for o emprego e os salários, melhores são as prestações e as pensões.

O preocupante é que o governo exalta a diversificação do financiamento, com o que estamos de acordo, mas o estranho é que proponha sistemas complementares de pensões para essa diversificação.

É necessário estarmos atentos e agir pois não podemos esquecer que o PS já defendeu o plafonamento das pensões e a entrega de parte aos privados. A luta travou essa ofensiva, o que exige uma forte vigilância.

Maria do Carmo Tavares

Tendo em conta as questões referidas neste texto e as reivindicações assumidas pela DA/FENPROF e pela CGTP, no Projeto de Resolução sobre a Ação Reivindicativa, no capítulo - Aspetos específicos do âmbito da Administração Pública - temos a seguinte reivindicação: *“O reforço da segurança social, pública, universal e solidária, procurando novas fontes de financiamento, nomeadamente com o alargamento da base de incidência contributiva, considerando não só os salários, mas também o valor acrescentado líquido (VAL) de cada empresa”.*

Entendemos que esta é uma reivindicação essencial. Iremos pois, continuar a lutar para garantir **a sustentabilidade da segurança social pública** e o **pagamento de pensões dignas** a todos os trabalhadores deste país.

Coordenador do DA/SPGL